

MINORIAS ÉTNICAS E SEGREGAÇÃO NAS CIDADES UMA APROXIMAÇÃO AO CASO DE LISBOA, NO CONTEXTO DA EUROPA MEDITERRÂNICA¹

JORGE MACAÍSTA MALHEIROS²

Resumo – O presente artigo pretende interpretar o processo de segregação espacial sócio-étnica que se desenvolveu na Região Metropolitana de Lisboa ao longo do último quarto de século, posicionando-o no contexto de transformação das cidades europeias, nomeadamente as situadas na Europa do Sul.

Na primeira parte do texto, procede-se a uma discussão da segregação sócio-étnica nas cidades Europeias, confrontando-a com os referenciais dos Estados Unidos. Neste contexto, argumenta-se que a originalidade das metrópoles da Europa do Sul e a especificidade do seu contexto migratório são susceptíveis de originar um processo de segregação dotado de algumas particularidades no contexto europeu.

Na segunda parte, efectua-se uma análise das características da segregação sócio-étnica contemporânea numa metrópole da Europa do Sul – Lisboa –, colocando em confronto os diferentes espaços étnicos da cidade e discutindo o agravamento dos índices de segregação espacial verificado na última década.

A conclusão procura posicionar a temática da segregação espacial de carácter étnico no quadro das principais transformações urbanas em curso, apontando tendências de evolução possíveis.

Palavras-chave: segregação étnica, imigrantes, reestruturação espacial, reestruturação económica, Europa do Sul, Região Metropolitana de Lisboa.

Abstract – ETHNIC MINORITIES AND SEGREGATION IN CITIES. AN ASSESSMENT OF THE CASE OF LISBON WITHIN THE FRAMEWORK OF MEDITERRANEAN EUROPE – The present paper offers an analysis of the socio-ethnic spatial segregation process that has taken place in the Lisbon Metropolitan Region throughout the last 25 years. This process is analysed within the framework of the contemporary changes affecting the European metropolis and particularly those located in the Southern zone of the EU.

¹ Embora o presente texto se baseie num conjunto de dados e reflexões originais, deve referir-se que o caso de estudo correspondente à Região Metropolitana de Lisboa foi apresentado, numa versão menos completa, na revista *Sociedade e Território*.

² Investigador do Centro de Estudos Geográficos. Assistente da Universidade de Lisboa (Endereço do CEG no início do volume). E-mail: jmalheiros@hotmail.com

The first part discusses the features of socio-ethnic segregation in the metropolises of Europe, bearing in mind North-American references. Within this line of thought, it is argued that the uniqueness of Southern European metropolis as well as its specific immigratory context lead to relatively original patterns of segregation.

In the second part, the features of the contemporary socio-ethnic segregation of the Lisbon conurbation are presented as a case-study from Southern Europe. The confrontation of the different ethnic spaces of the Portuguese metropolis as well as the increase in the values of the segregation indices registered in the last decade are discussed herein.

The final part tries to place the ethnic segregation issue within the framework of the ongoing restructuring urban processes, offering a short overview of a few possible evolutionary trends.

Key-words: ethnic segregation, immigrants, spatial restructuring, economic restructuring, Southern Europe, Metropolitan Region of Lisbon.

I – INTRODUÇÃO

Embora seja discutível a aplicação do termo globalização aos movimentos migratórios internacionais das décadas de 80 e 90³, as evidências empíricas demonstram um importante incremento desta população nos países desenvolvidos a partir da segunda metade dos anos 80, registando o continente europeu as maiores variações relativas⁴. Para além da Alemanha, foram os países do Sul (Portugal, Espanha, Itália e Grécia) que emergiram como grandes receptores de imigrantes, operando-se, no último caso, uma transição da emigração para a imigração ou, em alternativa, um modelo misto que resulta da coexistência dos dois processos⁵.

Este reforço da imigração para a Europa tem privilegiado, em larga medida, as metrópoles, locais que possuem mercados de trabalho mais amplos e diversificados, para além de oferecerem maiores oportunidades para o sector informal. Paul White realça o facto de as grandes cidades serem, historicamente, “um produto das migrações”, uma vez que “ao longo do passado histórico mantiveram as suas populações mais pela chegada de novos residentes do que pelo excesso dos nascimentos sobre os óbitos” (WHITE, 1998: 2). Efectivamente, os diferentes tipos de migrantes que foram chegando à Europa no pós-guerra acabaram sempre por privilegiar as áreas urbanas. Foi assim, com os “trabalhadores-convidados” das décadas de 50 e 60, com o movimento de reunificação familiar do período 70-85 e, também, com os “novos” movi-

³ A este propósito, podem identificar-se posicionamentos contraditórios, procurando alguns autores demonstrar a não aplicabilidade da noção (TAPINOS e DELAUNEY, 1998; SKELDON, 1997: 194-195) e outros a sua validação (CASTLES e MILLER, 1993: 8).

⁴ Entre 1965 e 1995, a percentagem de imigrantes no conjunto da população dos países da Europa passou de 3,3% para mais de 5% (no total da população mundial este valor manteve-se relativamente estável – 2,27% em 1965; 2,28% em 1995). Em 1997, residiam cerca de 19 milhões de não nacionais nos países da UE, mais de 2/3 dos quais oriundos de países terceiros.

⁵ Relativamente ao caso da Europa do Sul, têm sido publicados diversos estudos de conjunto: WERTH, e KÖRNER, (1991); o volume 12(1) da *Revue Européenne des Migrations Internationales (Espagne, Portugal, Grèce, pays d'immigration)*, publicado em 1996; KING e BLACK (1997); BAGANHA (1997) e BALDWIN-EDWARDS e ARANGO (1999).

mentos migratórios (profissionais qualificados, trabalhadores clandestinos, comerciantes étnicos e refugiados) dos últimos anos (WHITE, 1993). Também na Europa do Sul, não obstante importantes concentrações de imigrantes em áreas menos urbanizadas, como é o caso dos trabalhadores agrícolas marroquinos em Alicante e Múrcia (Espanha), dos Albaneses nalgumas regiões agrícolas gregas ou de outros grupos de estrangeiros na Sicília (Itália), as grandes cidades concentram a maioria da população imigrante. A Área Metropolitana de Lisboa, por exemplo, concentra cerca de dois terços dos estrangeiros residentes no país, valor bastante superior aos cerca de 25% da população total que lhe correspondem. Em Itália, 60% dos imigrantes vive em cidades com mais de 30 000 habitantes (PALLIDA, 1998: 118).

Estas evidências demográficas e quantitativas da presença das minorias de origem não nacional nas cidades da Europa remetem, no presente contexto de reorganização e revitalização dos grandes centros urbanos num quadro de integração internacional crescente, para a análise do posicionamento geográfico das minorias no espaço urbano.

O presente texto tem como objectivo apresentar uma reflexão sobre a dinâmica recente dos processos de segregação étnica na Área Metropolitana de Lisboa, posicionando-a no contexto mais amplo da discussão sobre as migrações internacionais e a sua influência na (re)organização espacial das cidades europeias, com destaque para o caso das cidades do Mediterrâneo Norte.

II – SEGREGAÇÃO NAS CIDADES EUROPEIAS – DOS REFERENCIAIS DOS ESTADOS UNIDOS E DA EUROPA DO NORTE À ORIGINALIDADE MEDITERRÂNICA?

1 – As influências da Escola Ecológica de Chicago e a “metáfora” europeia

Desde a Escola Ecológica de Chicago que investigadores de diferentes domínios das ciências sociais têm analisado as dinâmicas sociais específicas dos meios urbanos e as formas de organização espacial que lhes estão associadas. A segregação espacial urbana, que corresponde à separação espacial dos diferentes grupos (sobretudo étnicos e sociais) que habitam a cidade⁶, tem constituído um dos objectos fundamentais destas análises. Efectivamente, a cidade capitalista, por força do modelo de produção (fordismo) e decisão política espacialmente concentrado que até há poucos anos lhe estava associado, caracteriza-se por possuir uma organização espacial segregada, residindo os diferentes grupos em áreas com um certo grau de homogeneidade social interna (BARATA SALGUEIRO, 1997).

No caso do desenvolvimento das cidades norte-americanas, a componente social sempre coexistiu com a componente étnica e, embora o binómio brancos-negros

⁶ Em termos técnicos, os níveis de segregação de um determinado grupo são tanto mais elevados, quanto maior fôr o seu grau de concentração espacial. Por outras palavras, se a localização espacial de um determinado grupo apresentar um padrão muito distante da distribuição espacial uniforme, está-se em presença de uma situação de segregação. Esta será tanto mais elevada, quanto maior fôr o afastamento relativamente ao padrão de distribuição espacial do conjunto de toda a população residente na área em estudo. A este propósito, ver KEMPEN e OZUEKREN (1998: 1632-1633).

assuma uma preponderância particular na problemática do espaço urbano, as vagas de imigrantes que se foram sucedendo a partir do século XIX diversificaram os padrões de organização espacial, complexificando a lógica da segregação. Neste sentido, fica claro o contexto que levou os investigadores da Escola de Chicago a privilegiarem, já nos anos 20, tanto o nível socioeconómico como a composição étnica, enquanto elementos fundamentais para a compreensão das diferenciações na estrutura interna das cidades americanas (PARK e BURGESS, 1925). No contexto da segregação espacial das cidades americanas, o *ghetto* negro emerge como o paradigma de situações de desvantagem extrema (MUSTERD, OSTENDORF e BREEBAART, 1998: 3-5), em termos de pobreza, marginalidade social e desvalorização espacial.

Nas cidades da Europa, a relevância da dimensão étnica nos processos de segregação é relativamente recente, estando sobretudo relacionada com os movimentos migratórios internacionais iniciados no período posterior à Segunda Guerra Mundial (FORTUIJN, MUSTERD e OSTENDORF, 1998: 367-368). É sobretudo a partir do início do decénio de 70⁷, que se começam a realizar estudos empíricos sobre a localização particular dos imigrantes e das minorias étnicas nas cidades da Europa Central e do Norte, gerando concentrações residenciais, frequentemente desvalorizadas (em termos sociais, da qualidade do espaço, da imagem...) face ao conjunto da cidade. Já a partir da segunda metade dos anos 80, a relação entre o posicionamento das minorias nas cidades e os processos de reestruturação funcional e económica por que estas passam vem emergindo como uma temática em crescendo.

A reestruturação das economias urbanas é claramente identificável através da reorganização do sistema empresarial e dos mercados de trabalho (HARVEY, 1990). A passagem do fordismo para os sistemas de acumulação flexíveis (ou a coexistência dos dois modelos) originou a erosão do sistema industrial de produção em massa nos países desenvolvidos e permitiu o desenvolvimento de estratégias de flexibilização nas formas contratuais (crescimento do trabalho temporário, do *part-time* e da subcontratação) e nos processos de produção (e.g. da linha de montagem ao trabalho em equipa).

Neste novo contexto, as grandes cidades assumiram um elevado protagonismo, vendo acentuar o seu papel de núcleos decisores, funcionando como sedes do poder político (os governos, as instituições supra-nacionais) e do poder económico (as grandes empresas) e concentrando os serviços mais especializados e inovadores (telecomunicações, investigação científica, etc.). A reestruturação económica aparece associada à reestruturação do espaço urbano (operações de reabilitação de bairros nas áreas centrais e de antigas zonas industriais, criação de núcleos de “nova centralidade”, realização de grandes eventos) e à emergência de novas formas de pobreza urbana e de marginalidade social (SASSEN, 1991; MINGIONE, 1995; BARATA SALGUEIRO, 1997). A flexibilização das relações contratuais facilitou o emprego precário e contribuiu para o aumento do desemprego e do trabalho clandestino. Concomitantemente, a desindustrialização e o desenvolvimento de uma economia urbana assente nos serviços levaram à polarização

⁷ Ver, como exemplo: McEVOY (1978) para GLASGOW; DREWE (1975) para Roterdão e BELBAHRI (1982) para Lyon.

dos salários, aumentando as diferenças entre trabalhadores qualificados e não qualificados (KESTELOOT, 1995). A esta polarização dos salários corresponde, naturalmente, alguma polarização nos ramos de actividade dos serviços presentes na economia urbana: a procura por gestores, analistas de sistemas e engenheiros experientes tem correspondência no aumento das necessidades em empregados de segurança e limpeza, empregados de balcão e trabalhadores da construção civil (SASSEN, 1996). Como estas últimas funções têm um grau de transferibilidade geográfica reduzido, ao contrário das tarefas associadas à indústria transformadora, as cidades têm necessidade de possuir mão-de-obra pouco qualificada em abundância suficiente para as satisfazer.

O aumento da escolaridade média nos países desenvolvidos provoca desajustes entre as expectativas profissionais e salariais e as qualificações da oferta nacional de emprego e as exigências dos empregadores, emergindo soluções como o trabalho clandestino e a importação de mão-de-obra estrangeira para o desempenho de tarefas pouco qualificadas. Deste modo, as minorias étnicas urbanas que se foram consolidando a partir dos anos 50, são permanentemente alimentadas por novas vagas de imigrantes, até porque o contexto sócio-económico de muitos locais de partida (grande massa de população jovem devido aos crescimentos demográficos elevados das décadas de 70 e 80, aumento relativamente lento dos empregos, proliferação de situações de insegurança e conflito, salários muito baixos...) acentua a pressão emigratória em diversas regiões da África, Ásia e América Latina, sobretudo no actual quadro de grande difusão das maravilhas do "Eldorado Ocidental".

A vulnerabilidade laboral da maioria dos imigrantes oriundos dos países em desenvolvimento associada a um poder de compra limitado e aos mecanismos de funcionamento dos mercados habitacionais público e privado (custos, localização, condições de acesso...) contribuem para a concentração das comunidades imigradas em determinadas áreas das cidades. Por outro lado, a segregação acaba também por ser acentuada por mecanismos inerentes ao próprio funcionamento dos grupos de imigrantes: as redes de solidariedade e os laços comunitários convergem no sentido do reforço da proximidade e da auto-protecção dos membros do grupo numa sociedade estranha, frequentemente com resultados ao nível de algum isolamento societal e da concentração espacial. Finalmente, o próprio planeamento urbano contemporâneo, com as suas operações de reabilitação e renovação, acaba por valorizar determinadas áreas da cidade, com destaque para os núcleos históricos, provocando movimentos de expulsão da população mais desfavorecida em direcção às periferias.

Se os conceitos e os modelos da Escola de Chicago (e.g. processo de invasão-sucessão) são tidos como referência em diversos estudos (e.g. de JONG e VERKUYTEN, 1996), com o desenvolvimento das pesquisas na Europa, vários autores (WHITE, 1993; MUSTERD, OSTENDORF e BREEBAART, 1998) preocuparam-se com a identificação das especificidades do processo europeu: índices de segregação mais reduzidos do que nos Estados Unidos, menores níveis de concentração de minorias pobres no centro das cidades e na sua envolvente imediata, relevância da habitação social pública nos processos de realojamento, maior grau de consolidação das cidades no momento da chegada dos contingentes migratórios que se têm sucedido no pós-guerra.

Não obstante as especificidades dos processos inerentes às diferentes cidades europeias, hoje transformadas em metrópoles multiétnicas (MUSTERD, OSTENDORF e BREEBAART, 1998: 192), é possível reter três ideias principais:

- Em primeiro lugar, uma relativa diversidade nos padrões residenciais de distribuição das minorias étnicas nas grandes cidades europeias, destacando-se, em diversos casos, a área central e a sua envolvente, embora também se observem cidades em que as minorias estão sobre-representadas nas periferias.

- Adicionalmente, nas décadas de 70 e 80, parece ter-se verificado uma acentuação dos níveis de segregação espacial dos imigrantes instalados em diversas áreas metropolitanas, de que são exemplo Bruxelas (KESTELOOT, 1995), Londres (PETSIMERIS, 1995), Viena (GIFFINGER, 1998) e mesmo Lisboa.

- Por último, e em terceiro lugar, as desvantagens sociais dos imigrantes e a sua concentração nas áreas degradadas das cidades levam as diferentes autoridades nacionais e locais a desenvolverem políticas direccionadas para estes grupos e estes espaços. Para além destas políticas poderem ser de carácter genérico (para todos os grupos desfavorecidos) ou específico (destinadas especificamente às minorias ou mesmo apenas a uma destas), MUSTERD e de WINTER (1998: 666-668), referem que o modo como é encarada a segregação espacial condiciona o tipo de políticas desenvolvido. Nos casos em que a segregação é assumida como um problema de privação prossegue-se uma política que associe compensação social a requalificação urbana; nos casos em que a segregação é vista como um problema espacial, privilegiam-se as medidas tendentes a dispersar o grupo problemático.

2 – Reprodução e originalidade nos padrões da Europa do Sul – uma discussão preliminar

Não obstante o processo de sistematização dos estudos sobre segregação étnica em diversas cidades da Europa e o desejo de construir uma “metáfora científica europeia” neste domínio, como é proposto por MUSTERD, OSTENDORF e BREEBAART (1998: 5), a inclusão das cidades da Europa do Sul neste processo quase não se verifica. Refira-se que em quatro publicações recentes de carácter comparativo, que incluem 30 artigos sobre diferentes cidades da Europa, apenas dois versam sobre a Europa do Sul, e, em ambos casos, sobre cidades italianas. Os centros urbanos mediterrânicos, com destaque para aqueles que se situam em Espanha, em Portugal e na Grécia estão ausentes da “metáfora europeia”.

Para esta situação concorrem diversas motivações. Antes de mais, os menores quantitativos dos imigrantes e das minorias étnicas nas cidades da Europa do Sul⁸. Em

⁸ Atenas será, neste contexto, um caso extremo. Efectivamente, diversos estudos (IOSIFIDES, 1997: 28; FRANGOULI-PAPANTONIOU, 1998) referem que o peso relativo dos imigrantes na Grécia é superior ao registado nos restantes países da Europa do Sul, não obstante as limitações do material estatístico disponível e a diversidade das estimativas apresentadas. Como entre 3/4 e 4/5 destes imigrantes se concentram na Área Metropolitana de Atenas (IOSIFIDES, 1997: 29), isto significa que o seu peso é superior ao registado noutras metrópoles mediterrânicas, como Madrid ou Lisboa.

segundo lugar, o facto de a segregação urbana de carácter étnico ser um fenómeno mais recente nas cidades da Europa do Sul do que nas cidades da Europa do Norte leva a que o estudo da relação dinâmica entre os mecanismos de transformação urbana e os processos de exclusão e segregação espacial de imigrantes e minorias ainda se encontre numa fase menos avançada. As análises efectuadas assumem, normalmente, uma perspectiva duplamente centrada – do ponto de vista geográfico, num determinado bairro (ou conjunto de bairros com más condições de habitabilidade); do ponto de vista sociológico, num determinado grupo étnico minoritário.

Por último, o motivo mais interessante para a reduzida inclusão das cidades da Europa do Sul no contexto geral dos estudos de segregação étnica na Europa Ocidental poderá corresponder à originalidade que o processo assume nas primeiras. Efectivamente, a dinâmica da organização interna do espaço urbano nas cidades mediterrânicas apresenta características próprias, verificando-se também certas especificidades no que diz respeito ao posicionamento geográfico dos diferentes grupos (sobretudo sociais) nas cidades.

LEONTIDOU (1993) destaca o facto de as cidades mediterrânicas não serem compostas por áreas segregadas, caracterizadas por uma relativa homogeneidade social interna. A permeabilidade dos regulamentos urbanos e a tardia implementação dos processos de planeamento associados a um importante mercado habitacional informal terão contribuído para este processo. Por outro lado, as importantes migrações campo-cidade ocorridas entre meados da década de 50 e inícios da década de 70 (KING, FIEDLING e BLACK, 1997: 10-11) exerceram uma forte pressão sobre os mercados de habitação formais e informais das principais metrópoles da Europa do Sul, contribuindo quer para dinamizar a oferta habitacional, quer para reforçar práticas menos disciplinadas por parte dos construtores civis (incumprimento de regulamentos, pouco respeito pelos planos, etc.).

Numa perspectiva idêntica, BARATA SALGUEIRO (1997) destaca a manutenção de bairros socialmente mistos nas cidades da Europa, designadamente do Mediterrâneo, mesmo após o processo de industrialização destas sociedades. Para esta investigadora, a cidade segregada do período industrial estará a ser substituída por um modelo de cidade fragmentada, caracterizada pela emergência, ao nível micro, de enclaves discordantes do tecido que os cerca. Estes enclaves, que podem corresponder a um tipo de uso discordante, introduzem também, frequentemente, descontinuidades de ordem social (reabilitação de habitações antigas em bairros populares que são posteriormente ocupadas por classes privilegiadas, construção de prédios de luxo em contextos espaciais desvalorizados) (BARATA SALGUEIRO, 1997).

Aceitando os menores níveis de segregação das cidades da Europa do Sul e a emergência de processos de fragmentação do tecido urbano que, embora não sejam exclusivos destas cidades, também nelas se verificam, importa discutir o modo como a emergência da dimensão étnica se conjuga com estes processos.

Se por um lado a chegada relativamente recente, a menor dimensão quantitativa das comunidades imigradas e das minorias étnicas e a sua relativa diversidade geográ-

fica⁹ limitam a formação bairros étnicos ou de *ghettos*, por outro é a presença crescente destas que vai, de algum modo, contrariar as imagens de reduzida segregação e de tendência para a fragmentação que acima se discutiram. A transformação da segregação social em segregação sócio-étnica nas cidades do Mediterrâneo contribui para o desenvolvimento de novos bairros degradados onde os imigrantes e as minorias étnicas estão sobre-representados, fenómeno que contraria a lógica dos baixos níveis de segregação. É significativo que LEONTIDOU (1993: 954) se refira “às bolsas de pobreza nos bairros das minorias” como um exemplo que, de algum modo, contraria uma certa tendência para a homogeneidade nas cidades gregas e italianas.

A dinâmica de funcionamento dos mercados habitacionais (relação promoção pública-promoção privada), a importância dos bairros clandestinos e de barracas nas periferias de algumas grandes cidades mediterrânicas e a simultaneidade dos processos de reestruturação do espaço urbano e do crescimento dos núcleos de imigrantes nas duas últimas décadas introduzem também diferenciações face aos processos que ocorreram em diversas cidades da Europa do Norte.

Enquanto nas metrópoles da Europa do Norte, os imigrantes se instalaram, frequentemente, nas áreas envolventes do centro, este fenómeno ocorreu em menor grau nas cidades da Europa do Sul. Efectivamente, aquando da chegada das vagas de imigrantes dos anos 60 a cidades como Bruxelas ou Amesterdão, verificava-se um processo de deslocação da população autóctone (casais jovens, membros da classe média) para novas áreas residenciais periféricas, deixando desocupadas habitações antigas e pouco valorizadas situadas na zona envolvente do centro. Em virtude dos baixos níveis iniciais de solvência e das dificuldades formais em aceder à habitação social, foram estas as áreas preferidas pelos imigrantes (MUSTERD, OSTENDORF e BREEBAART, 1998; GIFFINGER, 1998). Nas décadas subsequentes, ocorreu um processo natural de reprodução das minorias nestes espaços, de tal modo que, no início dos anos 90, apenas 5% dos imigrantes turcos e marroquinos¹⁰ instalados em Bruxelas e 15% dos indivíduos dos mesmos grupos residentes em Amesterdão habitava em áreas suburbanas (KESTELOOT e CORTIE, 1998: 1849). Se estas duas cidades do Benelux têm aqui servido como exemplo, podem identificar-se processos idênticos em Manchester (concentração de Africanos na envolvente do centro), em Viena e em Roterdão.

Relativamente à Europa do Sul, o processo de despovoamento dos centros das grandes cidades foi mais limitado, verificando-se, quer alguma fixação de migrantes internos, quer a manutenção das residências de uma parte significativa das classes média e média alta (LEONTIDOU, 1993: 959). Refira-se igualmente que este processo mais suave de despovoamento e o início da vaga de imigração contemporânea (segunda

⁹ O conjunto de nacionalidades que compõem os stocks de imigrantes dos países da Europa do Sul é bastante diversificado, quando comparado com a situação verificada na Europa Central e do Norte, nomeadamente nos anos 60. Neste contexto, Portugal tem um comportamento algo discordante que surge na sequência de anteriores laços coloniais, dando origem a uma sobre-representação dos cidadãos dos PALOP.

¹⁰ Estes grupos correspondem a dois conjuntos étnicos extremamente relevantes nestas cidades. Em Amesterdão, apenas os surinameses apresentam um quantitativo superior ao de turcos e marroquinos. Em Bruxelas, os marroquinos constituem o maior grupo étnico não autóctone da área metropolitana.

metade dos anos 70, inícios dos anos 80) são em larga medida simultâneos, verificando-se mesmo, nalguns casos, uma ligeira precocidade do segundo face ao primeiro. Neste contexto, a fixação de imigrantes em torno das áreas centrais das cidades terá sido mais limitada¹¹, até porque a dinâmica do mercado informal de habitação em certos bairros suburbanos com menor qualidade urbanística garante escoamento para a nova procura. Não obstante os esforços das autoridades municipais para melhorarem a qualidade urbanística dos bairros periféricos e para implementarem planos de urbanização eficazes, ainda prevalece uma certa cultura de não regulação, bem como um mercado informal de habitação bastante activo que tira partido da nova procura constituída pelos imigrantes.

É certo que a instalação em bairros clandestinos periféricos não é a única opção dos imigrantes contemporâneos, mas a situação em que se encontram muitos indivíduos pertencentes a estas populações (falta de documentos que permitam a permanência no país, inserção nos segmentos clandestinos do mercado de trabalho, salários relativamente baixos e caracterizados por alguma irregularidade) limita bastante o acesso aos mercados formais de habitação. De resto, aspectos regulamentares e informais relativos ao funcionamento destes últimos também dificultam, frequentemente, o acesso dos estrangeiros à habitação. No âmbito do mercado de habitação social, as restrições legais relativas ao acesso dos estrangeiros só recentemente têm sido removidas, mantendo-se os *stocks* e a oferta a níveis bastante baixos, quando comparados com os países da Europa do Norte. Quanto ao sector privado, é frequente os proprietários terem alguma relutância em arrendar casa aos estrangeiros identificados com as minorias étnicas pobres, fazendo-o, em diversos casos, em condições menos favoráveis (pagamento antecipado de maior número de meses, investigações bancárias mais aprofundadas...) do que as exigidas aos nacionais¹².

Mas a menor presença dos imigrantes nos espaços residenciais situados na zona envolvente dos centros das grandes cidades da Europa do Sul também está relacionada com o desenvolvimento dos processos de reabilitação e requalificação que começaram a ocorrer nestas áreas. Neste âmbito, o exemplo dos centros das metrópoles italianas é pertinente, uma vez que tais processos começaram a ocorrer logo na primeira metade dos anos 80 levando à revalorização destas áreas, o que funcionou como entrave para a instalação dos grupos desfavorecidos, de que são exemplo as minorias étnicas menos solventes (PALIDDA, 1998: 123).

Todo este quadro parece confirmar uma maior periferização das minorias nas metrópoles da Europa do Sul. BUCKLEY IGLESIAS (1998: 286), por exemplo, refere que “apenas alguns núcleos de barracas da periferia de Madrid” têm uma população maio-

¹¹ Isto não significa que o fenómeno esteja ausente ou seja negligenciável. Por exemplo, PETSIMERIS (1998: 461-462) evidencia a localização das minorias étnicas na zona central de Turim e na sua envolvente próxima. Pelo seu lado, King e Iosifides referem-se à existência de um processo de transição demográfica no centro de Atenas que envolve a saída de famílias gregas e a instalação de albaneses (1998: 208-209). Contudo, os mesmos autores identificam também minorias mais periferizadas, como é o caso dos egípcios.

¹² King e Iosifides (1998: 217-218) ilustram bem este fenómeno para o caso de Atenas, sendo possível identificar situações idênticas noutras áreas metropolitanas, como Madrid ou Lisboa.

ritariamente composta por minorias étnicas e PALLIDA (1998: 124) destaca a “guerra” entre os pobres nacionais e os pobres estrangeiros que ocorre nalguns subúrbios operários das cidades italianas. TOSI e LOMBARDI (1999), analisando o caso de Milão, referem que as vagas imigratórias mais recentes (e.g. marroquinos) têm tendência a instalar-se nalgumas periferias, áreas para onde também parecem convergir outros grupos de estrangeiros, após uma passagem, mais ou menos curta, pelo centro da cidade.

Para reforçar esta imagem de menor concentração nas zonas centrais, pelo menos para o caso das capitais ibéricas, refira-se que o censo de 1991 evidenciava que a proporção de estrangeiros residentes (excluindo Europeus e Norte-americanos) no município de Madrid (68% dos residentes em toda a AMM) era relativamente idêntica ao peso destes no conjunto da população total da Área Metropolitana (66%)¹³. Na Área Metropolitana de Lisboa, a periferização das minorias étnicas de origem não nacional é ainda mais nítida, uma vez que Lisboa concentrava, em 1991, cerca de 26% da população total da AML, mas apenas 20% dos estrangeiros não europeus e não norte-americanos.

Ainda que seja necessário aprofundar os estudos sobre a presença de minorias nas cidades da Europa Mediterrânica e, sobretudo, desenvolver sistematizações comparativas, parece possível destacar, como hipótese preliminar, alguns macro-elementos comuns, não obstante as especificidades apresentadas pelas diversas cidades. Em termos genéricos, estes correspondem a:

- Menor significado quantitativo das minorias étnicas e da população imigrada oriunda de países exteriores à União Europeia, o que impede a formação de grandes bairros e unidades de vizinhança predominantemente étnicos, com consequências ao nível da redução dos níveis da segregação espacial. Emergem, contudo, alguns núcleos residenciais de dimensão relativamente pequena (e.g. bairros clandestinos e de baracas), sobretudo nas periferias de cidades como Lisboa e Madrid, onde a população de origem não autóctone já é dominante.

- Menor concentração nas áreas centrais das cidades e na sua envolvente, o que não significa a inexistência de núcleos residenciais de imigrantes nestes espaços, em diversas metrópoles da Europa do Sul. Esta maior periferização dos imigrantes e das minorias foi favorecida pela dinâmica do sector habitacional informal, pela expansão de habitação social nas áreas suburbanas e, ainda, pelos preços competitivos da oferta de habitação em diversas periferias. Eventualmente, as cidades francesas ocuparão uma posição de charneira neste domínio, pois como afirmam MUSTERD, OSTENDORF e BREEBAART, (1998: 154), “a presença de grupos étnicos parece dirigir-se mais para as áreas exteriores da aglomeração, quando comparada com outras áreas metropolitanas” (*da Europa Central e do Norte*).

- A introdução da dimensão étnica nos processos de segregação altera as interpretações correntes (baseadas no comportamento espacial das classes sociais) e introduz algumas distorções relativamente ao processo de fragmentação social do espaço urbano. Efectivamente, a localização residencial das minorias no espaço urbano das cidades da

¹³ Apesar desta evidência, convém frisar que também ocorre alguma sobre-representação das minorias não nacionais na zona central de Madrid (Almendra Central), como atesta o facto de quase 50% dos estrangeiros residentes no município, em 1991, aqui ter residência.

Europa do Sul parece ainda ser marcada por tendências que apontam para a concentração espacial e o acréscimo da segregação¹⁴, contribuindo para tal fenómeno como as limitações no acesso às residências promovidas pelo sector privado, a geografia da habitação social e a tendência para o reagrupamento dos grupos minoritários no destino.

III – O EXEMPLO DA REGIÃO METROPOLITANA DE LISBOA¹⁵

1 – O passado recente

Até meados dos anos 60, a instalação de imigrantes na Região Metropolitana de Lisboa (RML) era extremamente reduzida, designadamente porque as necessidades regionais de mão-de-obra eram completamente satisfeitas pelo mercado interno. Nesta década, o reforço da dinâmica da indústria e da construção civil na RML provocou um incremento nas exigências de mão-de-obra, designadamente masculina. Como a elevada emigração e a guerra colonial afastavam um contingente significativo da população jovem do mercado de trabalho nacional, o recurso à imigração de trabalhadores pouco qualificados de origem cabo-verdiana começou a ser praticado por diversas empresas da construção civil e da indústria transformadora (FONSECA, 1990; SAINT-MAURICE, 1997).

Nesta época, apesar de diversos trabalhadores viverem dispersos pela periferia de Lisboa ou nos estaleiros das obras, foi uma área relativamente próxima do porto e do centro tradicional da capital (São Bento/Santos, com destaque para o triângulo formado pelas Ruas de São Bento, dos Poiais de São Bento e do Poço dos Negros) que se tornou o ponto de referência espacial dos cabo-verdianos. Os jardins da vizinhança (Estrela, São Bento) começaram a funcionar como ponto de encontro desta população, aparecendo depois os primeiros locais de convívio, inicialmente discretos e exclusivos, depois abertos ao exterior, sob a forma de cafés e tascas. A pouco e pouco, alguns caboverdianos foram-se instalando como residentes, o que transformou esta área da vizinhança do centro antigo, no bairro da cidade antiga onde a visibilidade da minoria é mais significativa, ainda que a maioria da população residente seja branca e autóctone.

Ao longo de trinta anos, a consolidação de São Bento como espaço residencial da minoria e, sobretudo, como ponto de encontro de caboverdianos e de africanos em geral, é um exemplo didáctico, tanto da relativa inércia dos processos de mobilidade residencial do centro de Lisboa e da sua vizinhança, como da relevância das redes sociais no apoio aos imigrantes. Espaço de africanos (caboverdianos, sobretudo), a imagem de São Bento difundiu-se na cidade e foi interiorizada e reproduzida pelos próprios membros do grupo, desde dos mais antigos aos mais jovens, que incluem imigrantes recentes e gente já nascida em Portugal.

¹⁴ Apesar do número reduzido de estudos, podem citar-se como exemplo a análise de PETSIMERIS para Turim (1998: 461) e os resultados da secção seguinte, referentes ao caso de Lisboa.

¹⁵ Usa-se a designação de Região Metropolitana de Lisboa, em virtude da unidade de análise utilizada nesta componente do artigo incluir apenas 16 concelhos da Área Metropolitana, estando excluídos Mafra e a Azambuja. Duas razões justificam esta opção: o fraco peso da população estrangeira e a menor inserção destes municípios na lógica de funcionamento e interação metropolitana.

Apesar das origens do ciclo de imigração laboral contemporâneo para Portugal se situarem nos anos 60, esta população, oriunda do império, não era classificada como estrangeira. Os estrangeiros residentes representavam cerca de 1% da população da Região Metropolitana de Lisboa, constituindo os europeus o grupo dominante (Quadro I), com os espanhóis em primeiro lugar. Para além deste grupo, apenas os Brasileiros apresentavam um contingente com algum significado.

Quadro I – População estrangeira na Região Metropolitana de Lisboa
(dados síntese) – 1960 e 1981

Table I – Foreign population in the metropolitan region of Lisbon
(basic data for 1960 and 1981)

	1960	1981
Percentagem de estrangeiros na população total	1,0	1,8
Grau de concentração na RML (% da RML no país)	55,2	44,5
Grau de concentração na cidade de Lisboa (% de Lisboa na RML)	72,8	33,5
Grau de concentração no município de Cascais (% de Cascais na RML)	12,4	10
Percentagem de Europeus no conjunto dos estrangeiros	84,2	28,2
Percentagem de Africanos nos estrangeiros(1)	0,9	60,5
Percentagem de Americanos nos estrangeiros(2)	6,0	3,9
Percentagem de Brasileiros nos estrangeiros	7,9	5,2

1) Em 1960, não inclui a população das ex-colónias.

2) Não inclui brasileiros.

Fonte: INE, Censos de 1960 e 1981.

A relevância destas nacionalidades aponta para uma sobre-representação das classes média e média-alta e está associada ao efeito de contra-corrente e à proximidade cultural relativamente ao Brasil, às trocas populacionais entre os Estados Ibéricos e à instalação de reformados e de alguns profissionais qualificados que trabalhavam para representações diplomáticas, colégios e algumas empresas estrangeiras, que já então actuavam em Portugal. Deste modo, é natural que mais de dois terços dos estrangeiros residentes trabalhassem no comércio e nos serviços.

Em termos geográficos, a maioria destes residentes estava instalada no interior da cidade de Lisboa e na Linha do Estoril, com destaque para Cascais. Estas localizações confirmam os elevados níveis de solvência e o estatuto social da maioria da população estrangeira, uma vez que para além de revelarem proximidade aos locais de trabalho, correspondem a áreas de prestígio, com uma imagem extremamente atractiva. Na Linha do Estoril, área em clara valorização desde o terceiro quartel século XIX, que não só exercia a sua atracção sobre as elites nacionais, mas também sobre os estrangeiros¹⁶

¹⁶ A génese da atracção da Linha do Estoril sobre grupos de estrangeiros europeus pode ser traçada a partir de 1872, quando a companhia inglesa do cabo submarino se instalou em Carcavelos. Nos anos subsequentes, diversos ingleses e alemães instalaram-se na área, dando origem a colónias que ainda hoje se mantêm (CAVACO, 1983: 33).

(CAVACO, 1983), o turismo balnear estava associado a lazeres luxuosos, simbolizados pelo casino e pelos bons restaurantes. As exigências espaciais e paisagísticas da população residente, nacional e estrangeira, assim como a execução de um plano de urbanização relativamente precoce contribuíram para impedir a degradação ambiental e urbana da área, quando o processo de suburbanização se intensificou durante os anos 60.

Tal como foi mencionado a propósito dos cabo-verdianos em São Bento, o factor inércia, que remete para uma capacidade de reprodução espacial dos grupos de imigrantes *in situ*, também se verificou no caso dos europeus instalados na Linha do Estoril. Embora as motivações sejam diferentes e a capacidade de escolha alargada, este ultimo grupo ainda hoje está sobre-representado nesta área. Os factores positivos, atrás mencionados, mantêm-se enquanto componentes atractivas que, de resto, são divulgadas por promotores imobiliários que actuam ao nível internacional, com destaque para a Europa do Norte.

O movimento migratório maciço que se verificou na sequência da Revolução e do processo de descolonização dos PALOP contribuiu, não só para aumentar (15 317, em 1960; 45 416, em 1981) e alterar a composição geográfica e sócio-profissional da população estrangeira¹⁷ da Região Metropolitana de Lisboa, como para reconfigurar os seus padrões de localização residencial (Quadro I).

Efectivamente, a chegada de mais de 500 000 pessoas oriundas das ex-colónias na segunda metade dos anos 70 exerceu uma forte pressão sobre o mercado habitacional, com particular incidência na Região Metropolitana de Lisboa, uma vez que mais de 50% destes indivíduos acabaram por aqui fixar residência. Esta procura habitacional contribuiu, por um lado para a intensificação da promoção pública¹⁸ e, por outro, para dinamizar, mais ainda, os processos de produção de habitação clandestina (FONSECA, 1990).

Como o processo imigratório foi súbito e sem preparação, os recursos económicos da população recém-chegada não possibilitavam, em muitos casos, o arrendamento ou a aquisição de habitação no mercado privado. No caso da população africana, tornada estrangeira por decreto na sequência da descolonização, esta situação era frequentemente agravada pelos baixos níveis de solvência no território de origem e pela ausência de apoio familiar no destino. Deste modo, muitos imigrantes foram compelidos a instalar residência nos municípios da primeira coroa metropolitana, com destaque para os bairros clandestinos das franjas ou *traseiras* de Lisboa. Este padrão de localização (figura 1a) foi facilitado pelo desenvolvimento do mercado habitacional paralelo que envolveu, quer a ocupação habitacional clandestina de terrenos expectantes, quer a transferência de barracas de migrantes internos para a população oriunda do exterior.

¹⁷ Para além dos indivíduos de ascendência portuguesa e indiana, muita população de origem africana, tomada estrangeira pelas disposições do DL 308-A de 24 de Junho de 1975, chegou no período compreendido entre 1974 e 1976.

¹⁸ Após os decréscimos verificados entre 1974 e 1976, o número médio anual de fogos (construção licenciada) colocado no mercado pelo sector público, nos últimos três anos da década, situou-se próximo dos 5100, valor nunca antes atingido. Na primeira metade dos anos 80, o valor médio anual foi ainda mais elevado (INE, sistematizado por FERREIRA, 1987: 239).

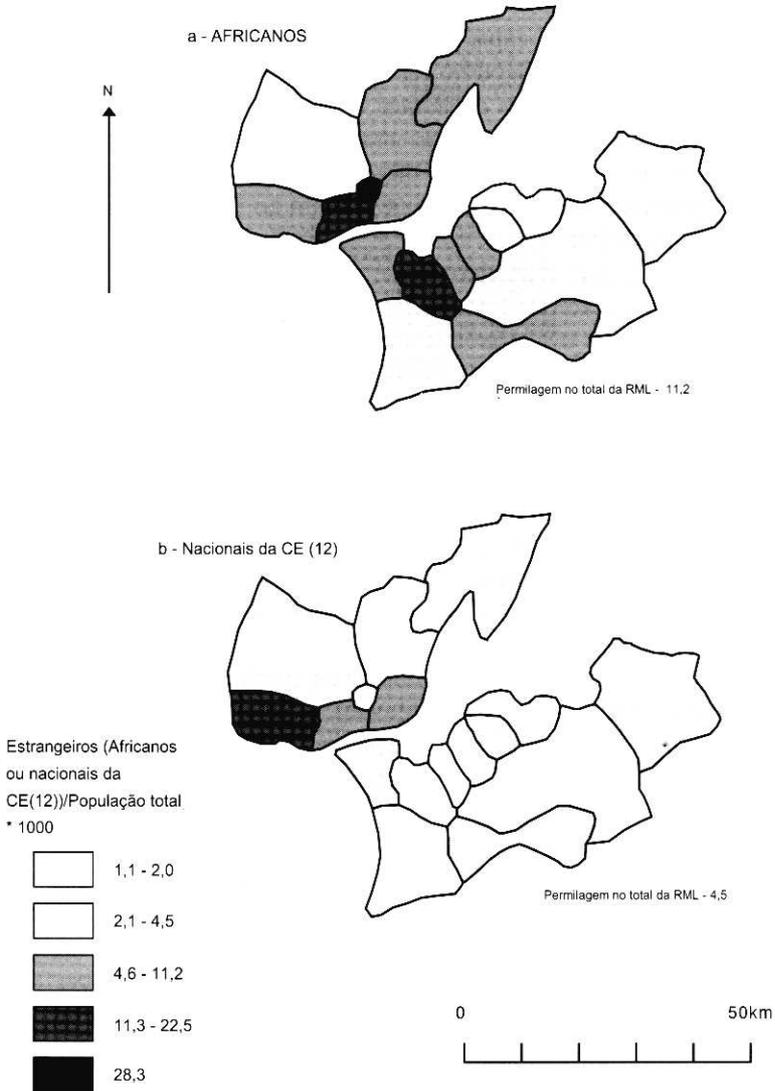


Fig. 1 – Peso relativo dos estrangeiros oriundos da CE (12) e de África na Região Metropolitana de Lisboa, em 1981

Fig. 1 – Relative weight of the foreign nationals coming from African and EC (12) countries in the municipalities of the Metropolitan Region of Lisbon – 1981

Quadro II – Índices de segregação para um conjunto de grupos de migrantes internos e internacionais (municípios da RML – 1981)

Table II – Segregation indices for selected groups of foreign and internal migrants (municipalities of the Metropolitan Region of Lisbon – 1981.

	Índices de segregação	População
	1981	1981
Guineenses	16,1	809
Cabo-verdianos	25,2	16814
Angolanos	11,1	5966
Brasileiros	18,8	2337
Espanhóis	33,7	4905
Franceses	15,4	1846
Britânicos	40,9	1359
Nacionais dos países da CE (12)	27,8	11078
Nacionais de países africanos	18,1	27237
Naturais do Algarve	18,4	58842
Naturais do Alentejo	18,6	224695
Naturais da Região de Lisboa	6,3	1304502
Naturais de Leiria-Santarém	11,9	141389
Naturais de Coimbra-Aveiro (Centro Litoral)	13,4	91735
Naturais de C.Branco-Guarda-Viseu (Centro Interior)	14,0	254064
Naturais de Porto-Braga-V.Castelo (Litoral Norte)	12,3	97541
Naturais de Bragança-Vila Real (Interior Norte)	12,7	73060
Naturais da R.A. dos Açores	13,2	7355
Naturais da R.A. da Madeira	11,3	9899

Fonte: INE, Censo de 1981.

Concomitantemente, estes recém chegados também se instalaram nas áreas periféricas que, na segunda metade dos anos 70, ofereciam residências novas a custos acessíveis, tanto de promoção pública, como privada. Os exemplos são diversos, podendo citar-se, como situações contrastadas dos pontos de vista locativo e da composição sócio-geográfica, os casos da Cidade Nova (Santo António dos Cavaleiros) e do Vale da Amoreira (Moita).

Verifica-se assim que a componente étnica passou a integrar, em definitivo, o processo de segregação espacial da RML, na segunda metade dos anos 70. A partir deste período, a segregação social tornou-se segregação socio-étnica.

Para além das dificuldades de acesso ao mercado habitacional condicionarem as possibilidades de escolha dos grupos de imigrantes mais desfavorecidos, o facto de os

índices de segregação¹⁹ dos estrangeiros em 1981 serem, em termos gerais, mais elevados do que os dos grupos de migrantes internos (Quadro II) revela outro aspecto. Efectivamente, constata-se um maior vigor dos mecanismos associados ao papel das redes migratórias no reestabelecimento dos grupos de migrantes no destino, no caso das populações estrangeiras. Uma maior distância sócio-cultural relativamente à origem, reflecte-se, de algum modo, numa tendência mais elevada para o reagrupamento no destino.

Claro que o grau de identidade territorial partilhado pelos membros do colectivo em movimento e o nível de homogeneidade social de cada grupo influenciam também os níveis de segregação. É significativo que as populações estrangeiras mais homogêneas do ponto de vista social e identitário (e.g. ingleses e caboverdianos²⁰) apresentem índices de segregação mais elevados. Do mesmo modo, é interessante verificar que os naturais do Alentejo, com uma pertença social relativamente idêntica²¹ e possuidores de uma identidade cultural forte registem o índice de segregação mais elevado de todos os grupos com origem nacional.

2 – Tendências dos anos 80 e 90: reestruturação urbana e aceleração da segregação de base étnica

2.1 – Reestruturação económica e espacial na Região Metropolitana de Lisboa – alguns elementos

O processo de internacionalização da economia portuguesa a partir da segunda metade dos anos 80 teve a Região Metropolitana de Lisboa como principal protagonista. O investimento directo estrangeiro em Portugal concentrou-se na Região de Lisboa e Vale do Tejo e, dentro desta, na Área Metropolitana de Lisboa. No âmbito deste processo, a crescente presença de empresas de capital estrangeiro da área do comércio

¹⁹ O índice de segregação foi calculado segundo a seguinte fórmula:

$$SI = \frac{1}{2} \sum_{i=1}^n |x_i - y_i| * 100$$

x – corresponde à relação entre um grupo de população residente numa determinada região i e a população total do mesmo grupo residente em toda a área incluída no estudo.

y – corresponde à relação entre a população de todos os restantes grupos na região i e a população dos mesmos grupos residentes em toda a área em estudo.

n – Número de unidades espaciais que integram a área em estudo.

Este índice de segregação varia entre 0 (distribuição perfeita – distribuição equitativa dos grupos étnicos e/ou sociais pelo território) e 100 (segregação máxima). Para obter explicações mais desenvolvidas relativamente a estes tipo de índices, ver PETSAMERIS (1995).

²⁰ Por exemplo, MACHADO, em 1992, refere-se a este grupo como uma comunidade possuidora de “uma estrutura de classes mais proletarizada...” (p. 126).

²¹ A origem sócio-profissional desta população, designadamente no início dos anos 80, correspondia ao assalariamento agrícola no mundo rural alentejano. Uma trajectória social frequente associada à migração para a Região Metropolitana de Lisboa corresponde à passagem de proletário agrícola (na origem) para proletário industrial (no destino) (FONSECA, 1990).

e, sobretudo, dos serviços²² contribuiu para a instalação na RML de diversos profissionais qualificados e altamente qualificados oriundos de países da União Europeia. Refira-se que foi precisamente o ramo de actividade correspondente às actividades financeiras e aos outros serviços prestados às empresas que registou a maior variação relativa do emprego, entre 1986 e 1994, na Região Metropolitana de Lisboa (BARATA SALGUEIRO *et al.*, 1997: 107).

A construção civil e as obras públicas foram outras actividades que experimentaram uma forte dinâmica na RML, tanto ao nível do crescimento do emprego, como da captação de investimento estrangeiro. O processo de internacionalização deste sector, contribuiu para a instalação em Portugal de alguns quadros técnicos de empresas estrangeiras de construção civil, mas reflectiu-se sobretudo num acréscimo dos trabalhadores africanos, com destaque para os nacionais dos PALOP, que exercem as funções menos qualificadas. E a capacidade de atracção da construção civil relativamente ao trabalho masculino menos qualificado, tem paralelo na capacidade de atracção do comércio e, sobretudo, dos serviços pessoais e domésticos, sobre as activas imigrantes das empresas de limpeza industrial e das residências particulares.

A dinâmica da economia urbana a partir de meados dos anos 80 parece ter acentuado as tendências polarizadoras ao nível do emprego, tendências essas que incorporam uma dimensão étnica: por um lado, favorecem a presença de quadros internacionais, europeus, norte-americanos e brasileiros, qualificados e bem pagos; por outro, exigem a presença de um forte contingente de emprego pouco qualificado nos serviços e nas actividades formais de produção e transformação física da cidade (construção civil e obras públicas), largamente satisfeito pelos imigrantes dos PALOP. Estas tendências, reforçadas pela polarização global dos salários verificada na RML, entre 1986 e 1994 (BARATA SALGUEIRO *et al.*, 1997: 127-128), são, contudo, simultaneamente étnicas e sociais. Não só existe alguma diferenciação nas condições sociais internas de cada grupo de imigrantes (MACHADO, 1999: 72), mas também a sobre-representação de certas origens geográficas em determinadas funções está associada a uma prevalência de determinadas qualificações e estatutos sociais.

Para além dos aspectos de carácter económico, as recentes intervenções de requalificação e renovação urbanística também tiveram efeitos ao nível das dinâmicas relativas à localização espacial dos grupos étnicos não nacionais.

Por um lado, o processo de transformação das acessibilidades metropolitanas, privilegiando, em larga medida, o transporte privado individual, acentua a dicotomia entre o *espaço positivo* (servido por novas infra-estruturas viárias e com bons acessos aos veículos automóveis) e os espaços marginais, pior servidos pelo mesmo tipo de infra-estruturas. Se bem que os investimentos na rede de transportes tenham um efeito socialmente desejável, na medida em que reduzem as distâncias-tempo envolvidas nos movimentos pendulares, sobretudo daqueles que utilizam as rodovias, o privilégio concedido ao automóvel acentua as desigualdades. Efectivamente, como as famílias

²² Os sectores financeiro, imobiliário e dos serviços às empresas concentraram mais de metade do investimento directo estrangeiro efectuado na Região de Lisboa e Vale do Tejo entre 1991 e 1993 (BARATA SALGUEIRO *et al.*, 1997: 80).

pobres, que incluem bastantes imigrantes dos PALOP, não têm automóvel ou utilizam-no de modo mais parcimonioso, o seu direito à mobilidade é afectado, acentuando-se esta forma de injustiça espacial.

Por outro lado, tanto a dinâmica do mercado habitacional, como as próprias políticas de habitação não vão no sentido de atenuar os processos de segregação no interior da Região Metropolitana de Lisboa, pelo menos aqueles que têm um conteúdo mais marcado pela etnicidade.

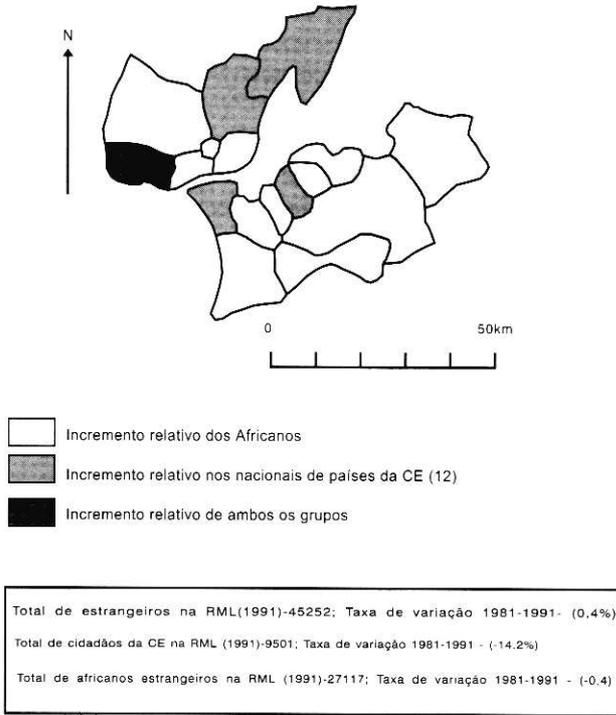
A dinâmica do sector imobiliário lisboeta durante os anos 80 privilegiou, no domínio da habitação, o segmento de luxo. Do ponto de vista espacial, apesar de alguma dispersão, as acções privadas de renovação e requalificação urbana de áreas antigas e degradadas começaram por privilegiar, essencialmente, áreas com uma boa imagem urbanística e social (Lapa, Santa Catarina, Belém e mesmo o Príncipe Real) (BARATA SALGUEIRO, 1994: 83). Efectivamente, apesar da diversificação dos tipos de oferta habitacional dirigidos para os estratos mais elevados (condomínios fechados, edifícios reabilitados, novas *vilas* nos subúrbios) as localizações escolhidas parecem privilegiar, quer áreas que já possuem boa imagem social e urbanística (em Lisboa, na Linha...), quer espaços periféricos pouco densos, cuja imagem ainda vai ser construída (e.g. Belas, novos conjuntos residenciais de Benavente ou Alcochete).

Também no domínio da habitação social, a política seguida não parece atenuar a segregação de carácter sócio-étnico. As operações de realojamento não tem tido grandes efeitos ao nível da redução da concentração espacial das classes mais desfavorecidas, tanto nacionais, como estrangeiras (BAGANHA, 1996). Efectivamente, uma parte significativa dos realojamentos efectuados ao abrigo do PER resultam na transferência maciça de populações para grandes áreas de habitação social (Zona M de Chelas; Apelação, no concelho de Loures, etc.). A qualidade habitacional melhora, mas a concentração espacial não é contrariada. Mesmo o muito recente PER-famílias, instrumento destinado a flexibilizar as opções residenciais dos candidatos a realojamento, mantém tais restrições que a sua utilização tem sido bastante diminuta²³.

2.2 – O acentuar da dimensão étnica: em direcção a uma metrópole mais segregada

As modificações na distribuição de Europeus e Africanos por município, durante a década de 80 (fig. 2), indiciam um provável incremento nos índices de segregação com base na etnicidade. Os concelhos onde a proporção de Europeus na população residente total experimentou um incremento correspondem à Costa do Estoril (Oeiras e Cascais) e, no caso da Margem Sul, a espaços da segunda coroa periférica com uma boa imagem urbanística e ambiental que actualmente está em valorização (e.g. municípios de Sesimbra e Palmela que beneficiam da proximidade do mar e da serra da Arrábida).

²³ Inicialmente, parece ter existido algum desajuste entre a capacidade de resposta dos serviços que lidavam com o processo (IGAPHE e, posteriormente, INH; Câmaras Municipais) e as exigências despoletadas pelo lançamento do programa. Actualmente, os tectos financeiros impostos, a obrigatoriedade de recorrer a uma única entidade bancária e a lentidão dos processos burocrático-administrativos são alguns exemplos de limitações a uma implementação bem sucedida deste programa.



Fonte: INE. Censos da população, 1981 e 1991.

Fig. 2 – Municípios onde os Africanos e os Nacionais de Países da Comunidade Europeia (12) registaram um incremento no seu peso relativo, entre 1981 e 1991

Fig. 2 – Patterns of increase of African and EC (12) nationals in the municipalities of the Metropolitan Region of Lisboa, 1981-1991

Já no caso da população de nacionalidades africanas, o seu peso relativo tornou-se mais significativo nos espaços suburbanos menos prestigiados, onde a habitação é mais acessível e/ou barata. Neste âmbito, destacam-se os bairros onde se manteve, ao longo dos anos 80, uma dinâmica de expansão sócio-urbanística que está associada, em diversos casos, a processos de etnicização de unidades de vizinhança. Embora estejamos de acordo com MACHADO (1992: 129), quanto à menor incidência de bairros ocupados por minorias étnicas quando se compara a RML com outras metrópoles da Europa Central e do Norte, a evolução verificada ao longo dos últimos 15 anos evidencia um incremento no número de locais onde as minorias dos PALOP se tornaram claramente

maioritárias. A Quinta do Mocho, no concelho de Loures, e diversos bairros da “cintura cabo-verdiana da Amadora” ilustram bem este processo. De resto, se em 1992, MACHADO (p. 129), citando um trabalho de RODRIGUES que incluía como caso-de-estudo o bairro do Alto da Damaia, referia a impossibilidade de se falar “de espaços da minoria cabo-verdiana”, a presente evolução deste e doutros bairros do concelho da Amadora, já aponta noutro sentido. O crescimento da população de origem africana, tanto por via das migrações como da fecundidade, o incremento dos espaços de sociabilidade ancorados numa clientela de base étnica (cafés, associações...) e o desenvolvimento de comércio étnico (mercearias, cabeleireiros e barbeiros especializados em cortes e penteados africanos) apontam para a génese de um espaço apropriado pela minoria, ainda que se mantenham relações, frequentemente conflituais, com a população branca autóctone.

Sistematizando a informação contida na figura 2, verifica-se que os concelhos (Loures, Vila Franca de Xira, Moita, Almada) onde ocorreu, durante a década de 80, um incremento relativo dos Africanos incluíam importantes áreas de bairros clandestinos não consolidadas, alguns grandes projectos de habitação social e situações de bairros de barracas e mesmo de edifícios semi-acabados.

Os concelhos que registavam maiores níveis de concentração de Africanos em 1981 – Amadora e Oeiras – não observaram variações relativas tão significativas. Por um lado, o facto de a população de base ser mais numerosa torna a variação relativa

Quadro III – Índices de segregação dos principais grupos de estrangeiros residentes na Região Metropolitana de Lisboa (municípios da RML – 1981 e 1991)

Table III – Segregation indices for the main foreigners groups of in the Lisbon Metropolitan Region (municipalities of the MRL, 1981 and 1991)

	Índices de Segregação	
	1981	1991
Portugueses	14,23	17,37
Comunidade Europeia (12)	27,79	30,5
Alemães	25,19	27,1
Espanhóis	33,74	36,6
Franceses	15,36	19,5
Ingleses	40,88	41,2
Nacionais de países africanos (total)	18,05	21,4
Cabo-verdianos	25,18	27,5
Nacionais da Guiné-Bissau	16,09	31
Angolanos	11,05	14,5
Sãotomenses	37,56	30,2
Moçambicanos	11,81	22,5
Brasileiros	18,83	24,2
Cidadãos dos EUA e do Canadá	30,2	29,3

menos relevante. Para além deste aspecto de carácter estatístico, o grau de consolidação atingido em diversos bairros clandestinos e de barracas (relativo esgotamento do espaço de construção, maior controlo sobre a realização de habitação ilegal...) dificultou a sua expansão física, sobretudo a partir da última metade da década de 80. Por último, a antiguidade da presença em Portugal de muitos membros das minorias étnicas residentes nestes locais, com destaque para os cabo-verdianos, reforçará, provavelmente, os processos de naturalização, o que tem como efeito a exclusão destes indivíduos do processo de cálculo, que apenas inclui os africanos de nacionalidade estrangeira.

O Quadro III revela um incremento generalizado dos índices de segregação dos grupos de população estrangeira residentes na RML, entre 1981 e 1991. Uma observação por grupos mostra que os valores mais elevados são atingidos entre os Europeus (especialmente Ingleses e Espanhóis) e os Norte-Americanos. No caso dos Africanos, são os São Tomenses e os Guineenses que apresentam maiores índices. A quase duplicação do índice de segregação desta última população, que corresponde à nacionalidade dos PALOP com maior crescimento durante a primeira metade da década de 90, reflecte, do ponto de vista espacial, a tendência para alguma homogeneização, patente no processo de proletarianização identificado por MACHADO (1999: 70-71), no período 1986-1995.

A identificação de índices de segregação elevados entre os grupos de imigrantes que residem, maioritariamente, tanto nas áreas mais desvalorizadas, como nos espaços de maior qualidade e prestígio, reflecte a influência das componentes activas e passivas da segregação. Efectivamente, entre os Europeus e os Norte-americanos a segregação está mais dependente de estratégias activas inerentes ao próprio grupo, uma vez que o seu acesso à informação e a sua capacidade aquisitiva alargam o leque de escolhas residenciais possíveis. Já no caso das populações de origem africana, os elementos externos (oferta de habitação pública, discriminação...) actuam como condicionantes muito mais fortes, uma vez que largos contingentes destas possuem meios mais limitados, não só em termos de informação, mas também no âmbito do acesso às instituições e dos próprios recursos financeiros. Contudo, deve referir-se que, não obstante o quadro de restrições externas identificado, as estratégias endógenas aos próprios grupos africanos (e.g. valorização das redes familiares e de solidariedade entre conterrâneos, oportunidades do mercado informal mais etnicizado) também assumem alguma relevância nas opções residenciais tomadas por estes.

As figuras 3a e 3b ilustram, de modo mais detalhado, os padrões de distribuição²⁴ espacial dos estrangeiros oriundos, por um lado de países africanos e, por outro, de

²⁴ Estes padrões de distribuição estão representados através de mapas com quocientes de localização (QL's). Estes índices expressam a relação entre o peso relativo de um grupo particular de estrangeiros (e.g. Africanos) em cada freguesia e o peso relativo do mesmo grupo no conjunto da Região Metropolitana. Os valores de referência para os quocientes de localização são:

QL > 1 – Sobre-representação relativa do grupo na freguesia.

QL = 1 – O peso relativo do grupo na freguesia reproduz o seu significado no conjunto da Região Metropolitana.

QL < 1 – O grupo está sub-representado na freguesia.

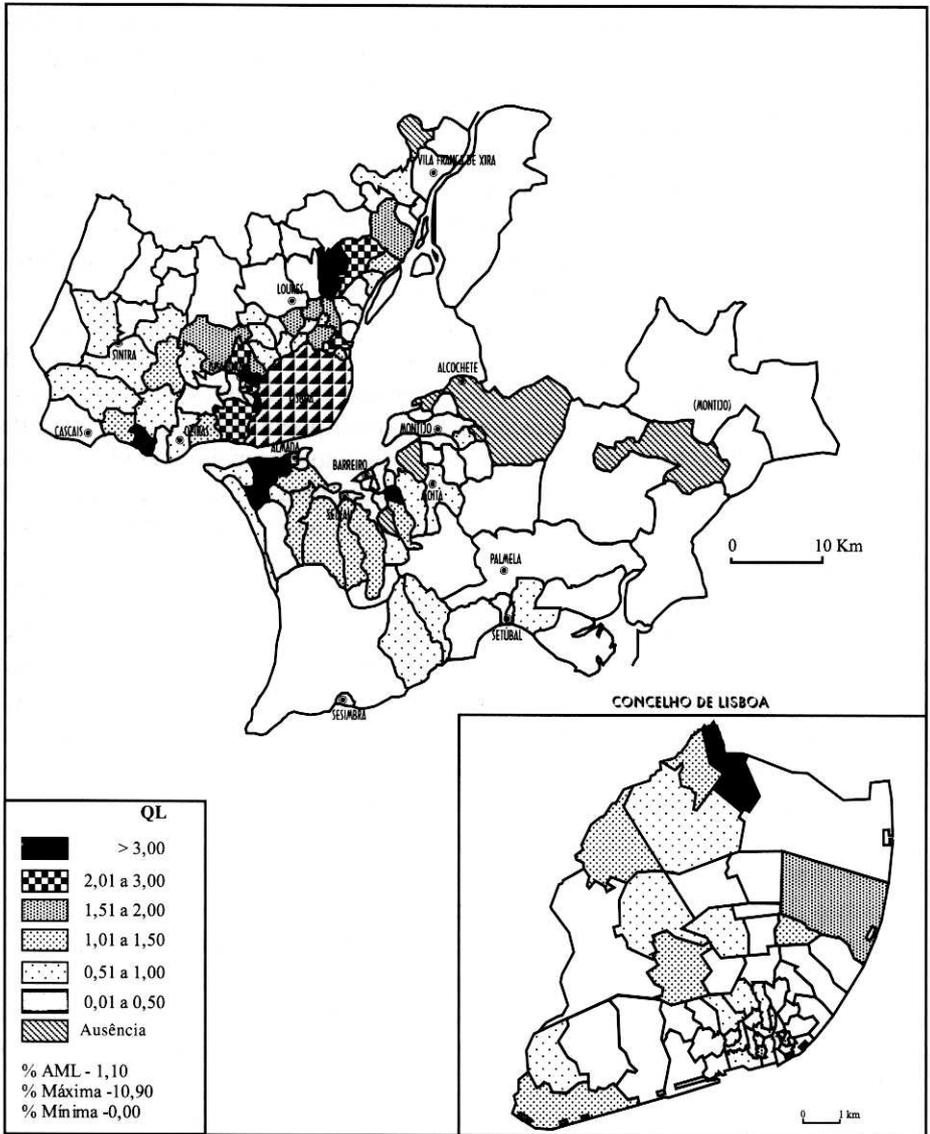


Fig. 3a – Quocientes de localização, nas freguesias da RML, Imigrantes de nacionalidade africana, 1991

Fig. 3a – Location quotients for the immigrants of African nationalities (*freguesias* of the Metropolitan Region of Lisboa, 1991)

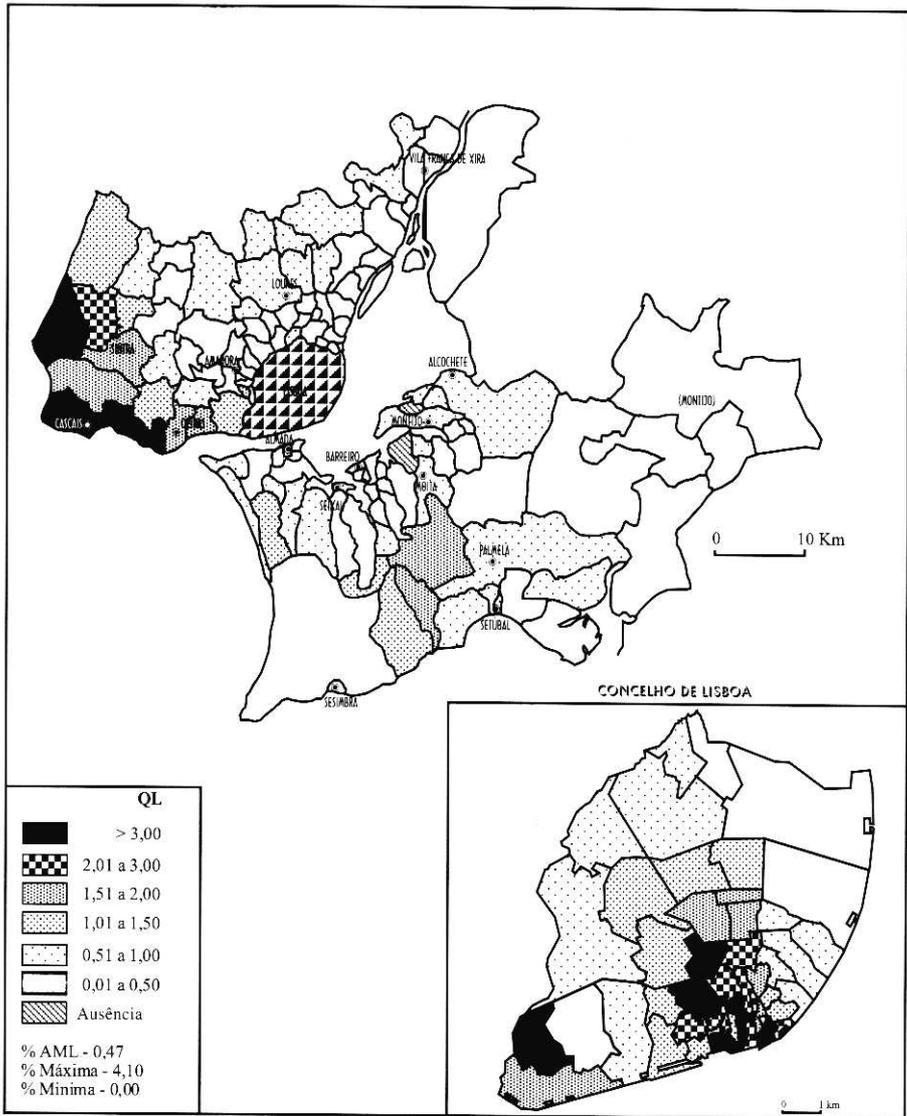


Fig. 3b – Quocientes de localização, nas freguesias da AML, Imigrantes de nacionalidade europeia e norte-americana, 1991

Fig. 3b – Location quotients for the immigrants of European and North-American nationalities (*freguesias* of the Metropolitan Region of Lisbon, 1991)

nações da Europa e da América do Norte. A dicotomia é bastante nítida. Os primeiros estão sobre-representados nas margens da cidade Lisboa e nos espaços suburbanos intersticiais, onde abundam os clandestinos e os bairros de barracas²⁵, tanto na Margem Sul, como na Margem Norte do Tejo. Os segundos residem, preferencialmente, na Margem Norte do Tejo, ao longo da faixa ribeirinha que se estende de Belém/São Francisco Xavier até Cascais, com um prolongamento pelas freguesias da costa ocidental, até Colares. Adicionalmente, estão também sobre-representados no Centro antigo e, especialmente, nas freguesias da sua envolvente ocidental (Lapa/São Mamede), onde se mantém uma tradição de prestígio social e de instalação de população estrangeira que já vem do século XVIII. Actualmente, é natural que algumas operações de reabilitação induzam processos de nobilitação que incluam como protagonistas alguns estrangeiros mais qualificados e bem remunerados de origem europeia.

IV – NOTAS CONCLUSIVAS

A segregação étnica do espaço urbano de diversas cidades europeias tem suscitado, nos últimos anos, um interesse crescente por parte de políticos e investigadores. A implementação de políticas assistencialistas (apoio à infância e aos jovens, às mulheres imigradas, à aprendizagem da língua, etc...) centradas nos bairros onde as minorias étnicas estão sobre-representadas e/ou de iniciativas tendentes à dispersão territorial daqueles grupos são exemplos dos dois tipos principais de acções que têm sido desenvolvidas (MUSTERD, OSTENDORF e BREEBAART, 1998).

Nas cidades da Europa do Sul, o problema da segregação por motivos étnicos é menos relevante do que nas metrópoles do Norte da Europa, não só porque os quantitativos de imigrantes e seus descendentes são menores²⁶, mas sobretudo porque as características destes grupos detêm alguma especificidade (diversidade geográfica das origens, inserção no mercado de trabalho informal, ilegalidade nas presenças) e as dinâmicas urbanas são originais (padrões de organização sócio-espacial originais, informalização dos mercados habitacionais, menor eficácia dos mecanismos de planeamento). Contudo, já se identificam na periferia de cidades como Madrid ou Lisboa, unidades de vizinhança com reduzida qualidade urbanística, onde a população autóctone é minoritária. Também nestes casos, o desenvolvimento de políticas assistencialistas de base local tem sido colocada em prática, verificando-se uma lógica de abrangência nas medidas implementadas, que não privilegiam uma comunidade em particular, mas

²⁵ O coeficiente de correlação de Pearson entre a percentagem de alojamentos não clássicos e a percentagem de população africana, registados no Censo de 1991, para as 177 freguesias da Região Metropolitana é de +0,565.

²⁶ Nalgumas das maiores áreas metropolitanas de países como a Holanda, a Bélgica, a Alemanha ou a França, o peso da população imigrante aproxima-se dos 20% dos residentes totais. No caso das áreas metropolitanas de Lisboa e Madrid, por exemplo, o valor fica abaixo dos 5%. No caso da metrópole ateniense, esta proporção é bastante mais elevada. Não obstante as diferenciações nas estimativas existentes, o valor deverá situar-se abaixo dos 20%.

todos os grupos populacionais residentes nos bairros. No fundo, o objecto de intervenção dos programas em curso (Realojamento, URBAN e seus complementos nacionais) são os bairros degradados e não um determinado grupo social ou étnico neles residente.

A evolução específica das áreas centrais das metrópoles da Europa do Sul, onde o processo de transição habitacional para as minorias étnicas foi mais limitado, assim como a maior dinâmica dos mercados informais de habitação nas periferias, parecem apontar para uma maior presença dos imigrantes nas áreas suburbanas.

Eventualmente, os processos de reabilitação das áreas centrais terão efeitos ao nível de uma maior convergência nos posicionamentos dos imigrantes nas cidades do Sul e do Norte da Europa. No primeiro caso, estes processos poderão contribuir para “empurrar” alguns imigrantes membros das minorias para as periferias²⁷ enquanto nas segundas tenderão a funcionar como mais um “tampão” à instalação daqueles nas zonas centrais.

No caso específico da Região Metropolitana de Lisboa verificou-se, ao longo dos últimos 20 anos, a incorporação da dimensão étnica no processo de diferenciação do espaço residencial. Contudo, a componente étnica não pode ser considerada isoladamente, antes interagindo, não só com a dimensão socioeconómica, mas também com variáveis intrínsecas ao próprio espaço (ambiente, imagem, tradição, acessibilidade...).

As diferentes possibilidades de acesso ao espaço materializaram esta desigualdade, que tem a etnicidade como base, em níveis de segregação acrescidos. Deste modo, espaços marginalizados interagem com grupos étnicos e sociais desfavorecidos, numa espiral de desvalorização mútua e de contínua reprodução de imagens negativas.

Ao longo da década de 80, a segregação espacial por motivos étnicos agravou-se, acentuando-se padrões de distribuição residencial opostos, que evidenciam, por um lado, um acentuar da periferização dos imigrantes africanos, sobre-representados em zonas residenciais mais baratas, manchas de habitação social e bairros clandestinos e de barracas, e, por outro, um reforço da concentração dos Europeus e Norte-americanos na Linha do Estoril e, de algum modo, na zona envolvente do centro, com destaque para as freguesias ocidentais (Lapa, São Mamede). Verifica-se assim que a polarização sócio-profissional dos estrangeiros presentes no mercado de emprego tem algum paralelo na sua dicotomia residencial na Região Metropolitana de Lisboa. Refira-se, contudo, que estes macro-padrões de carácter dicotómico não impedem a existência de diferenciações sociais e geográficas a níveis mais finos, uma vez que os membros dos diversos grupos estrangeiros apresentam diferenciações internas a nível social, do género, da estrutura etária e das próprias opções espaciais.

A tendência para o acentuar da segregação étnica na Região Metropolitana de Lisboa deverá ter-se mantido durante a primeira metade do actual período inter-censitário (1991-1996), não obstante a inexistência de dados que o possam confirmar. Efectivamente, o crescimento da imigração neste período, com destaque para as populações oriundas da África e da Ásia, sem que tenham ocorrido alterações significativas no comportamento do mercado habitacional, terá levado os recém-chegados a instalar-se

²⁷ DE JONG e VERKUYTEN (1996: 694), referem que as operações de renovação urbana em Amesterdão têm tornado as áreas reabilitadas menos atractivas para os imigrantes.

em locais onde já residiam compatriotas ou na sua vizinhança. Paralelamente, o número de estrangeiros qualificados oriundos da Europa também acelerou o ritmo de crescimento, não parecendo verificar-se alterações relativamente aos padrões de habitação atrás apresentados.

A partir de meados do presente decénio, as interrogações relativamente à evolução da segregação espacial são maiores. A consolidação de algumas minorias étnicas, de que a cabo-verdiana será o exemplo extremo, comportará potenciais processos de mobilidade social ascendente, intra e inter-geracional. No contexto em causa, será possível a transição de alguma população dos actuais bairros onde os imigrantes e descendentes são maioritários ou estão sobre-representados para outras áreas residenciais, provavelmente também situadas na periferia de Lisboa, mas dominadas pelo mercado habitacional legal²⁸. Neste âmbito, a interrogação que se coloca diz respeito à eventual substituição da população que sai dos actuais bairros pelos elementos que integram as novas vagas migratórias, uma vez que a chegada de imigrantes dos PALOP se mantém.

Para além dos aspectos que remetem para os comportamentos dos próprios imigrantes, existem algumas condicionantes externas, sobretudo relacionadas com o mercado habitacional que importa mencionar. Em primeiro lugar, é possível que a progressiva implementação do PER origine alguma recomposição territorial, embora isto não signifique, necessariamente, uma atenuação dos níveis de segregação. Um maior e melhor aproveitamento das possibilidades oferecidas pelo PER-famílias poderia ter consequências interessantes, mas tal questão não parece colocar-se de momento. Em segundo lugar, a revalorização de diversas áreas situadas no interior da cidade de Lisboa (Graça, Ajuda...), quer pelo interesse que suscitam entre os jovens da classe média-alta, quer pelo efeito de operações de reabilitação, mais ou menos pontuais, que se vão verificando, contribui para a emergência de enclaves nobilitados e, também, para o aumento dos preços na sua envolvente. Desta forma, o acesso de populações menos solventes (que incluem a maioria dos imigrantes africanos) à cidade-capital da metrópole parece cada vez mais difícil, podendo mesmo ocorrer, se o desenvolvimento das áreas nobilitadas se mantiver, uma progressiva expulsão da população mais desfavorecida, tanto para os espaços periféricos da cidade, como para os subúrbios menos valorizados. Se assim fôr, as evidências de fragmentação social do espaço corresponderão a um estágio de evolução intermédio num processo de reformulação da estrutura segregada da Região Metropolitana de Lisboa.

BIBLIOGRAFIA

- BAGANHA, M.I. (1996) – *Immigrant Insertion in the Informal Economy – The Portuguese Case*. CES-Universidade de Coimbra, Coimbra (1º Relatório).
- BAGANHA, M.I. (org.) (1997) – *Immigration in Southern Europe*. Celta, Oeiras.

²⁸ Um estudo recente sobre a comunidade cabo-verdiana aponta neste sentido, ao destacar o importante incremento dos residentes desta origem étnica no concelho de Sintra (Embaixada de Cabo Verde/Geoideia (1999) – *Estudo de Caracterização da Comunidade Caboverdeana Residente em Portugal*. Relatório Final, Lisboa).

- BALDWIN-EDWARDS, M. e ARANGO, J. (1999) (eds.) – *Immigrants and the Informal Economy in Southern Europe*. Frank Cass, Londres.
- BARATA SALGUEIRO, T. (1994) – Novos produtos imobiliários e Reestruturação Urbana. *Finisterra*, XXIX (57): 79-101.
- BARATA SALGUEIRO T. et al. (1997) – *Internacionalização, Reestruturação Económica e Produção de Novas Marginalidades na Região de Lisboa*. Project Report, DGOTDU, Lisbon. (não publicado).
- BELBAHRI, A. (1982) – *L'immigration et situations postcoloniales*. L'Harmattan/C.I.E.R.I. Paris.
- BUCKLEY IGLESIAS, M. (1998) – Inmigración y comercio en Madrid. Nuevos negocios para nuevas gentes. *Anales de Geografía de la Universidad Complutense*, nº18: 283-297.
- CASTLES, S. e MILLER, M.J. (1993) – *The Age of Migration. International Population Movements in the Modern World*. Macmillan, Londres.
- CAVACO, C. (1983) – *A Costa do Estoril. Esboço Geográfico*. Editorial Progresso Social e Democracia, Lisboa.
- FERREIRA, A.F. (1987) – *Por Uma Nova Política de Habitação*. Afrontamento, Porto.
- FONSECA, L. (1990) – *População e Território: do país à Área Metropolitana*. Memórias do Centro de Estudos Geográficos nº 14, Lisboa.
- FORTUIJN, J.D.; MUSTERD, S.; OSTENDORF, W. (1998) – International Migration and Ethnic Segregation: Impacts on Urban Areas – Introduction. *Urban Studies*, 35(3): 367-370.
- FRANGOULI-PAPANTONIOU, M. (1998) – Modes of insertion of illegal migrants in the labour market: the case of Greece. Comunicação apresentada no *workshop Metropolis de Lisboa*, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Setembro (mimeo).
- GIFFINGER, R. (1998) – Segregation in Vienna: Impacts of Market Barriers and Rent Regulations. *Urban Studies*, 35 (10), Outubro: 1791-1812.
- HARVEY, D. (1990) – *The Condition of Postmodernity*. Blackwell, Oxford.
- IOSIFIDES, Th. (1996) – Immigrants in the Athens Labour Market: A comparative survey of Albanians, Egyptians and Filipinos. In KING, R. e BLACK, R.(Eds.) – *Southern Europe and the New Immigrations*. Sussex Academic Press, Brighton: 26-50.
- DE JONG, W.; VERKUYTEN, M. (1996) – Urban renewal, housing policy and ethnic relations in Rotterdam. In *New Community*, 22(4): 671-687.
- KEMPEN, R. e OZUEKREN (1998) – Ethnic Segregation in Cities: New Forms and Explanations in a Dynamic World. *Urban Studies*, 35 (10), Outubro: 1631-1656.
- KESTELOOT, C. (1995) – The creation of Socio-spatial Marginalisation in Brussels: a Tale of Flexibility, Geographical Competition and Guestworker Neighbourhoods In SADLER, D.; HADJIMICHALIS, C. (eds.) *Europe at the Margins – New Mosaics of Inequality*, Wiley, Chichester: 69-86.
- KESTELOOT, C. e CORTIE, C. (1998) – Housing Turks and Moroccans in Brussels and Amsterdam: The Difference between Private and Public Markets. *Urban Studies*, 35 (10), Outubro: 1835-1854.
- KING, R.; FIELDING, A. e BLACK, R. (1997) – The International Migration Turnaround in Southern Europe in KING, R. e BLACK, R.(Eds.) – *Southern Europe and the New Immigrations*. Sussex Academic Press, Brighton: 1-25.
- KING, R.; IOSIFIDES, T. (1998) – Socio-Spatial Dynamics and Exclusion of Three Immigrant Groups in the Athens Conurbation. *South European Society and Politics*, 3 (3): 205-229.
- LEONTIDOU, L. (1993) – Postmodernism and the City: Mediterranean Versions. *Urban Studies*, 30(6): 949-965.

- MACHADO, F.L. (1992) – Etnicidade em Portugal: contrastes e politização. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 12: 123-136.
- MACHADO, F.L. (1999) – Imigrantes e Estrutura Social. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 29: 51-76.
- MALHEIROS, J.M. (1996) – *Imigrantes na Região de Lisboa: os anos da mudança*. Colibri, Lisboa.
- McEVOY, D. (1978) – The segregation of Asian Immigrants in Glasgow. A note. *Scottish Geographical Magazine*, 94 (3): 180-182.
- MINGIONE, E. (1995) – New aspects of marginality in Europe. In SADLER, D.; HADJIMICHALIS, C. (eds.) *Europe at the Margins – New Mosaics of Inequality*, Wiley, Chichester: 15-32.
- MUSTERD, S.; OSTENDORF, W. e BREEBAART, M. (1998) – *Multi-Ethnic Metropolis: Patterns and Policies*. Kluwer Academic Publishers, Dordrecht.
- MUSTERD, S.; de WINTER, M. (1998) – Conditions for Spatial Segregation: Some European Perspectives. *International Journal of Urban and Regional Research*, 22(4): 665-673.
- PALIDDA, S. (1998) – The integration of immigrants in changing urban environments: the example of Italy in OCDE, *Immigrants, Integration and Cities – Exploring the Links* (Proceedings). OCDE, Paris.
- PARK, R. e BURGESS, E. W. (1925) – *The City*. The University of Chicago Press, Chicago, 1974 (reedição).
- PETSIMERIS, P. (1995) – Une méthode pour l'analyse de la division ethnique et sociale de l'espace intra-métropolitain du Grand Londres. *L'Espace Géographique* 2: 139-154.
- PETSIMERIS, P. (1998) – Urban Decline and the New Social and Ethnic Divisions in the Core Cities of the Italian Industrial Triangle. *Urban Studies*, 35(3): 449-466.
- SAINT-MAURICE, A. (1997) – *Identidades Reconstruídas – Cabo-verdianos em Portugal*. Celta, Oeiras.
- SASSEN, S. (1991) – *The Global City: New York, London, Tokyo*. Princeton, N.J.; Princeton University Press.
- SASSEN, S. (1996) – New employment regimes in cities: the impact on immigrant workers. *New community*, 22(4): 579-594.
- SKELDON, R. (1997) – *Migration and Development – A Global Perspective*. Longman, Harlow.
- TAPINOS, G. e DELAUNAY, D. (1998) – Can one really talk of the globalisation of migration flows? Comunicação apresentada na *International Conference on Globalisation, Migration and Development*, Lisboa 2-3 de Novembro.
- TOSI, A.; LOMBARDI, M. (1999) – Spatial Concentration and Mobility in Milan". *Proceedings of the Metropolis International Workshop*, Lisbon, Sept. 28-29, 1998. Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Lisboa: 15-38.
- WERTH, M. e KÖRNER, H. (1991) – *L'Immigration de Ressortissants de Pays Tiers dans les Etats Meridionaux de la CE*. CCE-Direction Générale de L'Emploi, des Relations Industrielles et des Affaires Sociales. Supplément 1/91.
- WHITE, P. (1993) – Immigrants and the social geography of European cities. In KING, R. *Mass Migration in Europe – the legacy and the future*. Belhaven Press, Londres: 65-82.
- WHITE, P. (1998) – Minority Residential Histories in the City: Context, Process and Outcome. *Proceedings of the Metropolis International Workshop*, Lisbon, Sept. 28-29, 1998. Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Lisboa: 155-186.